

Dificuldade para dar reajuste

LILIAN TAHAN

DA EQUIPE DO CORREIO

Como num filme dividido em dois capítulos, um bilhete escrito à mão pelo governador José Roberto Arruda (DEM), em março de 2007, teve agora a parte II. No primeiro manuscrito, ilustrado com o esboço de um boneco sorridente, o chefe do Executivo registrava a boa repercussão causada pelo aumento dos salários dos professores e comemorava a reação entusiasmada da categoria. A carta foi endereçada ao secretário de Planejamento, Ricardo Penna, um crítico do plano de cargos e salários dos docentes, que vincula o reajuste dos contracheques ao crescimento do Fundo Constitucional pago pela União.

Enviada recentemente para o mesmo destinatário, a segunda versão do bilhete de Arruda tem conteúdo menos chistoso. Diz apenas: "Penna tinha razão." As duas cartas foram enquadradas e estão penduradas na baia onde

despacha o secretário de Planejamento, no Buritinga.

Elas resumem o que se tornou um dos maiores desafios do governo, o de conciliar as constantes batalhas dos professores por melhores salários com a capacidade financeira do GDF em atender as reivindicações da classe.

Nos últimos

dois anos, os

professores ti-

veram melho-

ria real nos

contracheques

de 22%, índice

que sobe para

34% quando consideradas as reposições da inflação. Significa dizer que um docente com

salário de R\$ 3,5 mil em 2007 (a

média da categoria na época), rebece atualmente R\$ 4,7 mil. O

incremento teve um impacto

milionário na folha de pagamen-

to do GDF. Isso porque os

repasses da União reservados

para o pagamento de salários

na educação, saúde e seguran-

ça não são suficientes para qui-

tar as despesas com pessoal, o

que obriga o tesouro local a

completar esse orçamento.

Transbordo

A cada ano que passa, a diferença entre o dinheiro enviado pela União e o custo da folha de educação se torna maior. Para se ter uma idéia, em 2003 o chamado transbordo (o que o GDF desembolsa para complementar a folha do funcionalismo) na educação era de R\$ 513 milhões, o que representava menos de um terço do total de recursos destinados ao pagamento de salários dos professores. Cinco anos depois, houve um aumento significativo dessa obrigação financeira. Os incrementos de salários no mesmo período — que chegaram a 90% das remunerações — projetaram para cima a dependência do tesouro local para completar a verba para pagar os docentes. Em 2008, o governo usou R\$ 1,7 bilhão para

essa finalidade. O valor equivale a 55% do total de dinheiro dos contracheques de servidores da categoria (veja quadro).

E a tendência é que o comprometimento do governo com os salários dos professores se torne ainda maior, mesmo sem considerar sequer um real de aumento para a categoria. A previsão leva em conta a repercussão local para as intempéries financeiras provocadas pela crise econômica mundial. Como o fundo constitucional varia de acordo com a arrecadação do governo federal — chamada tecnicamente de Receita Corrente Líquida (RCL) —, se o desempenho econômico da União arrefecer, o Distrito Federal sofrerá perdas também.

Um estudo de cenários realiza-

do pela equipe econômica do GDF

mostrou, com base no comporta-

mento da RCL dos últimos sete

meses, que, no panorama mais

otimista possível, o crescimento

do Fundo Constitucional será de

3,6%. O índice é menos da metade

do que o registrado em 2007, quan-

do o percentual

foi de 8,9%, o me-

nor já observado

desde a criação

do fundo em

2002. "O governo

não tem fôlego

financeiro para

se comprometer

com os progressi-

vos aumentos

reivindicados

pelos professores.

É um consenso que os docentes merecem

ganhar bem, mas não pode-

mos esquecer

que a média dos

salários pagos no

DF para essa ca-

tegoria é a maior

do Brasil", afirma

Ricardo Penna.

Peleja

Em 2009 a peleja dos professores é para que o governo autorize aumento nas mesmas proporções do que evoluiu o fundo constitucional no ano passado:

18,9% — o melhor desempenho

do índice em sete anos, resulta-

do da boa performance da arre-

cadação do governo federal en-

tre 2007 e 2008.

O impasse, no entanto, está

longe do fim. A categoria amea-

ça fazer greve, caso o governo

não conceda os quase 19% de

aumento pedido. "Não é justo

dizer que a crise afetará a arre-

cadação de 2009, já que o indi-

ce relativo ao pagamento deste

ano foi calculado com base em

um desempenho anterior ao da

crise. Também não existe in-

constitucionalidade na vincula-

ção com o fundo, já que ela

tem prazo para terminar, em

2010, e portanto não haverá

uma indexação para sempre",

alega José Antônio Gomes Coe-

lho, da comissão de negocia-

ção do Sindicato dos Professo-

res (Sinpro-DF).

Por equanto, existe a previsão

de 5% de reajuste para o funcio-

nalismo público. Essa é a média

de aumento inscrita no orça-

mento do GDF aprovado para

2009. Pelo cenário de crise que

se desenha, a evolução dos con-

tracheques dos professores de-

verá acompanhar patamares

mais modestos do que os recla-

mados pela categoria.

Cadu Gomes/CB/D.A. Press - 8/1/07



PENNA: "É UM CONSENSO QUE OS DOCENTES MERECEM GANHAR BEM"